

Clipping UERGS - Assessoria de Comunicação (Ascom)

Assunto: Privatização, IPE e RRF são destaques nos programas

Veículo: Correio do Povo

Editoria/Coluna: Geral

Data: 19-08-2022

Local/Abrangência: Porto Alegre

Link/Página:

<https://admin.uergs.rs.gov.br/upload/arquivos/202212/05121554-19-08-2022-correio-do-povo.pdf>

Formato:

Impresso

Internet

Rádio

TV

Enfoque:

Positivo

Negativo

Neutro

Concessões e privatizações de empresas estatais, a situação do IPE Saúde e, principalmente, a posição em relação à adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), confirmada neste ano, estão entre os principais destaques dos programas de governo dos candidatos ao Palácio Piratini nestas eleições. A seguir, o Correio do Povo sintetizou os principais pontos dos planos dos postulantes que encabeçam as chapas das eleições majoritárias. Educação, desenvolvimento econômico e medidas relacionadas ao agronegócio também se destacaram. Estão na corrida, por ordem alfabética: Carlos Messalla (PCB), Edegar Pretto (PT), Eduardo Leite (PSDB), Luis Carlos Heinze (PP), Onyx Lorenzoni (PL), Paulo Roberto (PCO), Rejane de Oliveira (PSTU), Ricardo Jobim (Novo), Roberto Argenta (PSC), Vicente Bogo (PSB) e Vieira da Cunha (PDT). A confirmação dos nomes na urna eletrônica ainda depende de julgamento do Tribunal Regional Eleitoral (TRERS), até o dia 12 de setembro. O acesso aos documentos completos, que é obrigatório para o registros das candidaturas, está disponível na versão digital.

PRINCIPAIS PONTOS

Carlos Messalla (PCB): O documento projeta um governo voltado para o combate ao desemprego, à fome, à miséria e a reversão das privatizações. Promete quintuplicar o piso regional, reduzir impostos para os mais pobres e aumentar a taxação para os mais ricos, além de promover a reforma agrária. Na segurança, quer desmilitarizar e unificar as forças policiais.

Edegar Pretto (PT): A prioridade é o combate à fome e à extrema pobreza. Cita a criação de restaurantes populares e cozinhas comunitárias e o fomento da agricultura. Entre as propostas, estão a constituição de uma Força Tarefa de Combate Emergencial à Fome e à Pobreza, a retomada do Programa de Microcrédito. Quer desencadear um movimento pelo fim do teto de gastos previstos no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e a renegociação da dívida, atenção ao IPE Saúde e interrupção da privatização de empresas públicas.

Eduardo Leite (PSDB): Com cinco eixos: social e da qualidade de vida; ambiental e de infraestrutura; econômico; gestão; e fiscal, o documento apresenta "conquistas" da gestão de Leite no Piratini. Entre as propostas, quer ampliar as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, criar programa de apoio aos hospitais de pequeno porte, transformar o RS Seguro em política permanente, elaborar plano de moradia para a população em situação de rua e manter o RRF. Fala em dar continuidade às concessões e PPPs, cita as realizadas e prevê a da Corsan ainda em 2022.

Luis Carlos Heinze (PP): O documento traz 194 propostas, divididas em 11 áreas. Boa parte são medidas voltadas ao campo e ao agronegócio. Prevê ainda ampliar ações estaduais voltadas à liberdade econômica, criar programa de busca ativa escolar para reduzir o número de jovens fora da escola, estimular o desenvolvimento de hidrovias, criação de um novo porto marítimo, extinção da EGR e da Metroplan e revisão da modelagem de gestão do IPE Saúde. Sobre o RRF, prevê buscar, junto à União e ao Judiciário, alternativas de aperfeiçoamento das medidas impostas.

Onyx Lorenzoni (PL): Propõe a retomada do protagonismo do RS. Prevê que os serviços viáveis de serem prestados pela iniciativa privada, com supervisão do Estado, devem ser privatizados, mas que depende de estudos, uma vez que, "por questões estratégicas ou legais", alguns devem seguir sendo prestados pelo ente público. Promete cumprir o que foi firmado com a União por meio do RRF, mas pode buscar alternativas, enfatiza a necessidade de recuperar a capacidade de gestão e sustentabilidade financeira do IPE Saúde, e defende escolas cívico-militares.

Paulo Roberto (PCO): Não apresenta uma proposta de governo específica para o RS, mas um único nacional. Entre as medidas cita o combate ao desemprego, contra a destruição dos serviços públicos, contra as privatizações e a favor da qualidade do ensino público.

Rejane de Oliveira (PSTU): O plano prevê o rompimento com o RRF, suspensão do pagamento da dívida com a União, reversão das privatizações e a suspensão da desestatização da Corsan. Propõe a desmilitarização da Brigada Militar e a integração à Polícia Civil. Na educação, quer o retorno do plano de carreira dos professores, pagamento do Piso Nacional e o fortalecimento da **Uergs**.

Ricardo Jobim (Novo): O programa se apresenta como "uma proposta liberal para o RS". O projeto prevê a privatização de estatais, incluindo a Corsan, utilizando os recursos para investimentos com foco no longo prazo e fundo garantidor para Parcerias Público Privadas (PPPs), a redução de secretarias, de CCs e reforma administrativa no âmbito do Estado. O documento ainda traz a criação de alíquota única do ICMS, a revisão de benefícios fiscais e fundos estaduais e prevê reformulação na **Uergs**.

Roberto Argenta (PSC): O plano foca na geração de empregos e desenvolvimento econômico e social, "avançando 40 anos em 4". Entre as propostas, estão a priorização de escolas de Ensino Técnico; criar centros de empreendedorismo e cidadania; e acesso a crédito para micros e pequenos empresários, entre outras medidas. Quer vender propriedades do governo e fazer uma reforma administrativa, reduzindo em 40% o número de secretarias e em 30% os CCs.

Vicente Bogo (PSB): O projeto prioriza a educação e a formação das pessoas. Apresenta como missão o "desenvolvimento socioeconômico integrado, criativo, sustentável e com qualidade de vida para toda a população". As medidas preveem um Pacto pela Educação Gaúcha, fortalecimento do ensino profissionalizante e expansão do ensino integral e técnico, a revisão da legislação ambiental, e o resgate do Orçamento Participativo.

Vieira da Cunha (PDT): O programa prevê o alinhamento "da responsabilidade fiscal à social e econômica, promovendo o desenvolvimento sustentável com geração de emprego e renda e maior igualdade entre as regiões do Estado". Citando Leonel Brizola, o plano tem 40 propostas para a educação, incluindo a meta de 200 mil de alunos em tempo integral. O programa quer interromper os processos de privatização e fortalecer a gestão de estatais como a Corsan e o Banrisul, questionar, se necessário judicialmente, o RRF e a criação do Programa de Renda Mínima Estadual.